

**Relatório da Administração**

**Senhores Acionistas:** Atendendo às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.S.as, bem como nossos clientes e fornecedores, Instituições financeiras e público em geral, as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro 2011 e 2010. Mata de São João-BA, 22 de março de 2012. **A Diretoria**

Balancos Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais – R\$)				
	Nota explic.	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010	2011	2010
<b>Ativo Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.881	6.506	5.195
Contas a receber de clientes	5	43.737	24.318	45.258
Estoque	6	12.011	7.195	12.726
Dividendos a receber	7	6.855	6.051	7.442
Despesas antecipadas	8	430	555	73
Outros créditos		3.894	478	2.841
Total do ativo circulante		70.917	45.212	73.535
<b>Não circulante</b>				
Despesas antecipadas	8	847	1.427	–
Empresa controlada	17	16.398	15.824	–
Impostos a recuperar	7	3.398	3.692	277
Investimentos judiciais	9	4.329	3.782	4.347
Investimentos	10	12.575	12.922	–
Imobilizado	11	177.032	134.202	202.578
Intangível		84	209	84
Total do ativo não circulante		214.663	168.366	210.701
<b>Total do ativo</b>		<b>285.580</b>	<b>213.578</b>	<b>284.236</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011**  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto se outra forma indicado)

**1. Contexto operacional** – A PetroReconcavo S.A. (“Companhia”, “PetroReconcavo” ou “Controladora”) atua na operação e produção de campos “maduros” de petróleo e gás natural no Brasil. Estabelecida no município de São João del-Rei, no Estado de Minas Gerais, foi constituída em 21 de julho de 1999, com o objetivo de, junto à Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras S.A.) através de “contrato de produção com cláusula de risco”, realizar a reabilitação, reativação e rejuvenescimento de campos de petróleo e gás “maduros” na Bacia do Reconcavo no Brasil, com prazo de vigência de vinte e sete anos contado da data de sua assinatura, prorrogável por idêntico período, a critério da ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Essa atividade envolve o planejamento e execução de todas as etapas da cadeia de produção de um campo de petróleo e gás tais como o estudo de reservatórios, execução de programas de intervenção, acompanhamento e controle da produção incluindo medição, transporte e manuseio da produção. Em operação desde fevereiro de 2000, a PetroReconcavo é remunerada mensalmente pela produção de petróleo e gás natural, exclusivamente da Petrobras S.A., conforme cláusula segunda do “contrato de produção com cláusula de risco” firmado entre as partes, onde determina que os hidrocarbonetos produzidos dentro das áreas estabelecidas no mesmo constituir-se-ão em propriedade exclusiva da Petrobras. As áreas de exploração nas quais a PetroReconcavo atua referem-se a campos cujas concessões pertencem à Petrobras. As controladas da Companhia são a Reconcavo E&P S.A. (“Reconcavo”) e a Reconcavo America LLC (“Reconcavo America”), cujo descritivo das operações está apresentado a seguir: **Reconcavo E&P S.A.:** A Reconcavo E&P S.A. foi constituída em 22 de março de 2004, e tem como objeto social o desenvolvimento, a pesquisa, a exploração e a perfuração de bacias petrolíferas e a produção e o comércio de óleo, gás e demais produtos relacionados, incluindo, sem limitação: (a) a aquisição, a venda, a importação e a locação de equipamentos relacionados à exploração e a produção de óleo e gás; (b) a contratação de serviços relacionados à exploração de óleo e gás; (c) a venda e a compra de petróleo e gás e a exportação de óleo e gás e demais produtos relacionados; (d) o processamento, refino, e a compra e venda de petróleo e gás natural; e (e) qualquer outra atividade necessária ou exigida em relação à exploração, à produção e o comércio de óleo e gás e demais produtos relacionados. A Reconcavo opera as concessões para a exploração e produção de campos e blocos próprios, atuando em campos mediante concessão obtida junto à ANP – Agência de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. A controlada Reconcavo E&P S.A. é concessionária para exploração dos campos Lagoa do Paulo, Lagoa do Paulo Norte, Lagoa do Paulo Sul, Açacá-Burizinho e Juriti que foram adquiridos na 4ª e 6ª rodadas de licitações de ANP. **Reconcavo America LLC:** A Reconcavo America LLC, constituída em 15 de maio de 2006, baseada no Estado de Delaware nos EUA, com o objetivo de adquirir equipamentos utilizados em campos de petróleo, especializadas em produção e perfuração de petróleo e gás natural no Brasil, pelo regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lava das jazidas de petróleo e de gás natural denominado REPETRO. Estes equipamentos são prioritariamente para uso nas operações da Companhia e controlada, mas em períodos de utilização reduzida, estes podem ser alugados a terceiros. Em decorrência das operações da Companhia e sua controlada Reconcavo E&P S.A. estarem vinculadas exclusivamente a Petrobras S.A., os resultados da Companhia e de sua controlada podem ser afetados em virtude da dependência de apenas um cliente.

**2. Sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras – 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia compreendem: As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatores (IFRS) e o Regulamento Brasileiro de Contabilidade (RBC) emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e Comissão de Valores Mobiliários – CVM. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são comparáveis com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e do Brasil, pois as demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia está apresentado a seguir: **2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial e conversão de moeda estrangeira. **2.4. Moeda funcional e moeda de transação:** A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), com o “Meio Funcional”, para a Companhia e suas controladas, sendo esta premissa utilizada na preparação das demonstrações financeiras apresentadas. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações incursas. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. **2.5. Instrumentos financeiros e instrumentos de moeda estrangeira:** A Companhia utiliza instrumentos financeiros em moeda estrangeira, sendo estes registrados ao valor justo pelo método de custo. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Quando um instrumento de patrimônio não é cotado em um mercado ativo e seu valor justo não pode ser mensurado com confiança, este é mensurado ao custo e testado para *impairment*. A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de reconhecimento inicial e o substancialmente todos os riscos e benefícios são transferidos para outra empresa. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar são reconhecidos. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida. **2.5.2. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros a valor justo por meio do resultado” ou “outros passivos financeiros”. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 a Companhia e suas controladas possuem, apenas, passivos financeiros classificados como “outros passivos financeiros”. **2.5.3. Outros passivos financeiros:** Os outros passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidar ou substancialmente todos os riscos e benefícios de uma única operação. **2.5.4. Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são reconhecidos e baixados na data de negociação quando a compra ou venda de um ativo financeiro estiver prevista em um contrato cujo termos exigem a entrega dos ativos financeiros em um prazo estabelecido pelo respectivo mercado, sendo inicialmente mensurados pelo valor justo, acrescido dos custos da transação, exceto para os ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado, inicialmente mensurados pelo valor justo. Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e “empréstimos e recebíveis”. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 a Companhia e suas controladas possuem, apenas, ativos financeiros classificados como “disponíveis para venda” e “empréstimos e recebíveis”. **2.5.5. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e outros recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo são classificados como “Empréstimos e recebíveis”. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. A receita de juros é reconhecida com a aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, caso em que o reconhecimento dos juros seria imaterial. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia e suas controladas possuem ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, a exemplo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e mútuo com empresa controlada. **ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Ativos financeiros, exceto aqueles destinados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. **iii) Baixa de ativos financeiros:** A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo financeiro são transferidos ou substancialmente todos os riscos e benefícios são transferidos para outra empresa. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar são reconhecidos. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida. **2.5.2. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros a valor justo por meio do resultado” ou “outros passivos financeiros”. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 a Companhia e suas controladas possuem, apenas, passivos financeiros classificados como “outros passivos financeiros”. **2.5.3. Outros passivos financeiros:** Os outros passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia e suas controladas possuem outros passivos financeiros, a exemplo de fornecedores. **ii) Baixa de passivos financeiros:** A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as suas obrigações são extintas e canceladas ou quando são liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e o balanço patrimonial é a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e o balanço patrimonial. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar são reconhecidos. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida. **2.5.2. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros a valor justo por meio do resultado” ou “outros passivos financeiros”. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 a Companhia e suas controladas possuem, apenas, passivos financeiros classificados como “outros passivos financeiros”. **2.5.3. Outros passivos financeiros:** Os outros passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia e suas controladas possuem outros passivos financeiros, a exemplo de fornecedores. **ii) Baixa de passivos financeiros:** A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as suas obrigações são extintas e canceladas ou quando são liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e o balanço patrimonial é a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e o balanço patrimonial. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar são reconhecidos. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida. **2.5.2. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros a valor justo por meio do resultado” ou “outros passivos financeiros”. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 a Companhia e suas controladas possuem, apenas, passivos financeiros classificados como “outros passivos financeiros”. **2.5.3. Outros passivos financeiros:** Os outros passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia e suas controladas possuem outros passivos financeiros, a exemplo de fornecedores. **ii) Baixa de passivos financeiros:** A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as suas obrigações são extintas e canceladas ou quando são liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e o balanço patrimonial é a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e o balanço patrimonial. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar são reconhecidos. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida. **2.5.2. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros a valor justo por meio do resultado” ou “outros passivos financeiros”. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 a Companhia e suas controladas possuem, apenas, passivos financeiros classificados como “outros passivos financeiros”. **2.5.3. Outros passivos financeiros:** Os outros passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia e suas controladas possuem outros passivos financeiros, a exemplo de fornecedores. **ii) Baixa de passivos financeiros:** A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as suas obrigações são extintas e canceladas ou quando são liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e o balanço patrimonial é a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e o balanço patrimonial. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar são reconhecidos. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida. **2.5.2. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros a valor justo por meio do resultado” ou “outros passivos financeiros”. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 a Companhia e suas controladas possuem, apenas, passivos financeiros classificados como “outros passivos financeiros”. **2.5.3. Outros passivos financeiros:** Os outros passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia e suas controladas possuem outros passivos financeiros, a exemplo de fornecedores. **ii) Baixa de passivos financeiros:** A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as suas obrigações são extintas e canceladas ou quando são liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e o balanço patrimonial é a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e o balanço patrimonial. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar são reconhecidos. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida. **2.5.2. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros a valor justo por meio do resultado” ou “outros passivos financeiros”. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 a Companhia e suas controladas possuem, apenas, passivos financeiros classificados como “outros passivos financeiros”. **2.5.3. Outros passivos financeiros:** Os outros passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia e suas controladas possuem outros passivos financeiros, a exemplo de fornecedores. **ii) Baixa de passivos financeiros:** A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as suas obrigações são extintas e canceladas ou quando são liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e o balanço patrimonial é a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e o balanço patrimonial. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar são reconhecidos. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida. **2.5.2. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros a valor justo por meio do resultado” ou “outros passivos financeiros”. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 a Companhia e suas controladas possuem, apenas, passivos financeiros classificados como “outros passivos financeiros”. **2.5.3. Outros passivos financeiros:** Os outros passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia e suas controladas possuem outros passivos financeiros, a exemplo de fornecedores. **ii) Baixa de passivos financeiros:** A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as suas obrigações são extintas e canceladas ou quando são liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e o balanço patrimonial é a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e o balanço patrimonial. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar são reconhecidos. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida. **2.5.2. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros a valor justo por meio do resultado” ou “outros passivos financeiros”. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 a Companhia e suas controladas possuem, apenas, passivos financeiros classificados como “outros passivos financeiros”. **2.5.3. Outros passivos financeiros:** Os outros passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia e suas controladas possuem outros passivos financeiros, a exemplo de fornecedores. **ii) Baixa de passivos financeiros:** A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as suas obrigações são extintas e canceladas ou quando são liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e o balanço patrimonial é a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e o balanço patrimonial. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar são reconhecidos. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida. **2.5.2. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros a valor justo por meio do resultado” ou “outros passivos financeiros”. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 a Companhia e suas controladas possuem, apenas, passivos financeiros classificados como “outros passivos financeiros”. **2.5.3. Outros passivos financeiros:** Os outros passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia e suas controladas possuem outros passivos financeiros, a exemplo de fornecedores. **ii) Baixa de passivos financeiros:** A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as suas obrigações são extintas e canceladas ou quando são liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e o balanço patrimonial é a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e o balanço patrimonial. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar são reconhecidos. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida. **2.5.2. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros a valor justo por meio do resultado” ou “outros passivos financeiros”. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 a Companhia e suas controladas possuem, apenas, passivos financeiros classificados como “outros passivos financeiros”. **2.5.3. Outros passivos financeiros:** Os outros passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia e suas controladas possuem outros passivos financeiros, a exemplo de fornecedores. **ii) Baixa de passivos financeiros:** A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as suas obrigações são extintas e canceladas ou quando são liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e o balanço patrimonial é a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e o balanço patrimonial. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar são reconhecidos. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida. **2.5.2. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros a valor justo por meio do resultado” ou “outros passivos financeiros”. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 a Companhia e suas controladas possuem, apenas, passivos financeiros classificados como “outros passivos financeiros”. **2.5.3. Outros passivos financeiros:** Os outros passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia e suas controladas possuem outros passivos financeiros, a exemplo de fornecedores. **ii) Baixa de passivos financeiros:** A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as suas obrigações são extintas e canceladas ou quando são liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e o balanço patrimonial é a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e o balanço patrimonial. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar são reconhecidos. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida. **2.5.2. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros a valor justo por meio do resultado” ou “outros passivos financeiros”. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 a Companhia e suas controladas possuem, apenas, passivos financeiros classificados como “outros passivos financeiros”. **2.5.3. Outros passivos financeiros:** Os outros passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia e suas controladas possuem outros passivos financeiros, a exemplo de fornecedores. **ii) Baixa de passivos financeiros:** A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as suas obrigações são extintas e canceladas ou quando são liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e o balanço patrimonial é a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e o balanço patrimonial. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar são reconhecidos. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida. **2.5.2. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros a valor justo por meio do resultado” ou “outros passivos financeiros”. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 a Companhia e suas controladas possuem, apenas, passivos financeiros classificados como “outros passivos financeiros”. **2.5.3. Outros passivos financeiros:** Os outros passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia e suas controladas possuem outros passivos financeiros, a exemplo de fornecedores. **ii) Baixa de passivos financeiros:** A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as suas obrigações são extintas e canceladas ou quando são liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e o balanço patrimonial é a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e o balanço patrimonial. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar são reconhecidos. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida. **2.5.2. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros a valor justo por meio do resultado” ou “outros passivos financeiros”. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 a Companhia e suas controladas possuem, apenas, passivos financeiros classificados como “outros passivos financeiros”. **2.5.3. Outros passivos financeiros:** Os outros passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia e suas controladas possuem outros passivos financeiros, a exemplo de fornecedores. **ii) Baixa de passivos financeiros:** A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as suas obrigações são extintas e canceladas ou quando são liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e o balanço patrimonial é a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e o balanço patrimonial. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar são reconhecidos. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida. **2.5.2. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros a valor justo por meio do resultado” ou “outros passivos financeiros”. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 a Companhia e suas controladas possuem, apenas, passivos financeiros classificados como “outros passivos financeiros”. **2.5.3. Outros passivos financeiros:** Os outros passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia e suas controladas possuem outros passivos financeiros, a exemplo de fornecedores. **ii) Baixa de passivos financeiros:** A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as suas obrigações são extintas e canceladas ou quando são liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e o balanço patrimonial é a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e o balanço patrimonial. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar são reconhecidos. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida. **2.5.2. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros a valor justo por meio do resultado” ou “outros passivos financeiros”. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 a Companhia e suas controladas possuem, apenas, passivos financeiros classificados como “outros passivos financeiros”. **2.5.3. Outros passivos financeiros:** Os outros passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia e suas controladas possuem outros passivos financeiros, a exemplo de fornecedores. **ii) Baixa de passivos financeiros:** A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as suas obrigações são extintas e canceladas ou quando são liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e o balanço patrimonial é a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e o balanço patrimonial. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar são reconhecidos. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida. **2.5.2. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros a valor justo por meio do resultado” ou “outros passivos financeiros”. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 a Companhia e suas controladas possuem, apenas, passivos financeiros classificados como “outros passivos financeiros”. **2.5.3. Outros passivos financeiros:** Os outros passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta

Investidas	Data-base	Ações Ordinárias possuídas (Em milhares)		Participação no capital integralizado		Capital social	Ativo Total	Passivo Total	Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	Recicla Bruta	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
		2011	2010	2011	2010						
Recócnavo E&P S.A.	31/12/10	6.561	100	6.561	14.762	1.905	12.857	7.101	583		
Recócnavo America LLC	31/12/10	n/a	100	219	16.021	15.956	65	1.648	(330)		
Recócnavo E&P S.A.	31/12/11	6.561	100	6.561	15.479	2.904	12.575	10.657	(282)		
Recócnavo America LLC	31/12/11	n/a	100	219	15.135	16.398	(1.263)	3.070	(1.328)		

**Movimentação:**

	Recócnavo E&P S.A.	Recócnavo America LLC	Total	Recócnavo America LLC
Saldos em 31 de dezembro de 2009	12.383	395	12.778	–
Equivalência patrimonial	–	(330)	253	–
Dividendos	(109)	–	(109)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2010	11.573	65	12.238	–
Equivalência patrimonial	–	(65)	(65)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2011	12.575	–	12.575	–

**11. Imobilizado – Mapa de movimentação:**

**Controladora (BR GAAP)**

Custo	Notas	Saldo em 2009		Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 2010		Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 2011	
		2009	2009				2010	2010				2011	2011
Terenos		80	–	–	–	80	–	–	–	–	80	–	
Imóveis e construções		3.821	27	–	1.088	4.936	135	(11)	–	–	5.066	–	
Máquinas e equipamentos		6.857	260	–	1.010	8.127	1.341	(1.082)	–	–	8.386	–	
Móveis e utensílios		2.782	310	–	43	3.135	675	(59)	–	–	3.751	–	
Veículos		1.564	115	(253)	78	1.504	210	(54)	146	–	1.806	–	
Computadores e periféricos		744	14	(168)	21	611	141	(222)	1	–	531	–	
Investim. p/ incremento da prod. e perfuração de poços	(i)	164.368	33.671	–	2.375	200.414	55.386	–	2.331	–	258.331	–	
Almoxnado para inversões fixas	(iii)	2.086	1.936	–	(1.525)	2.297	3.439	–	(2.086)	–	3.639	–	
Adiantamento para aquisição de ativos fixos	(ii)	90	640	–	(925)	205	860	–	(392)	–	179	–	
Bens imobilizados em andamento		2.214	351	–	(2.565)	801	–	–	–	–	801	–	
Total		184.606	37.234	(421)	–	221.509	62.668	(1.428)	–	–	282.749	–	

**Depreciação**

	(312)	(240)	–	–	(552)	(297)	5	–	(844)
Imóveis e construções	(312)	(240)	–	–	(552)	(297)	5	–	(844)
Máquinas e equipamentos	(1.705)	(509)	–	–	(2.214)	(1.130)	237	–	(3.107)
Móveis e utensílios	(488)	(433)	–	–	(921)	(635)	59	–	(1.497)
Veículos	(538)	(245)	207	–	(576)	(286)	54	–	(808)
Computadores e periféricos	(505)	(68)	138	–	(435)	(98)	222	–	(311)
Investim. p/ incremento da prod. e perfuração de poços	(69.836)	(12.773)	–	–	(82.609)	(16.541)	–	–	(99.150)
Total	(73.384)	(10.268)	345	–	(87.307)	(18.987)	577	–	(105.717)
Saldo líquido	111.222	23.056	(76)	–	134.202	43.681	(851)	–	177.032

**Consolidado (IFRS e BR GAAP)**

	(105)	–	–	–	(552)	(297)	5	–	(1.068)
Terenos	105	–	–	–	(552)	(297)	5	–	(1.068)
Imóveis e construções	3.821	27	–	–	6.096	944	136	(11)	–
Máquinas e equipamentos	22.791	2.703	–	–	3.916	29.410	854	(3.084)	–
Móveis e utensílios	2.786	345	–	–	43	3.174	677	(60)	–
Veículos	1.564	115	(253)	78	1.504	210	(54)	146	–
Computadores e periféricos	759	14	(168)	21	626	148	(232)	1	–
Investim. p/ incremento da prod. e perfuração de poços	(i)	168.296	37.755	–	2.375	208.426	56.867	–	2.675
Custo para abandono de poços	320	–	(320)	–	–	–	–	–	–
Direito de produção de óleo e gás	(iii)	1.579	–	–	(1.579)	–	–	–	1.579
Almoxnado para inversões fixas	(iii)	2.609	1.914	–	(1.525)	2.998	3.583	–	(2.185)
Adiantamento para aquisição de ativos fixos	(ii)	90	640	–	(925)	205	801	–	(637)
Bens imobilizados em andamento	(iv)	9.477	1.022	–	(10.479)	801	–	–	–
Total	214.197	44.515	(741)	–	257.971	64.077	(3.441)	–	318.607

**Depreciação**

	(312)	(240)	–	–	(552)	(297)	5	–	(1.008)
Imóveis e construções	(312)	(240)	–	–	(552)	(297)	5	–	(1.008)
Máquinas e equipamentos	(2.316)	(2.333)	–	–	(4.649)	(2.954)	706	–	(6.897)
Móveis e utensílios	(488)	(436)	–	–	(924)	(639)	60	–	(1.503)
Veículos	(538)	(245)	207	–	(576)	(286)	54	–	(808)
Computadores e periféricos	(512)	(70)	139	–	(443)	(102)	231	–	(314)
Investim. p/ incremento da prod. e perfuração de poços	(73.902)	(13.809)	–	–	(87.711)	(16.865)	(40)	–	(104.416)
Custo para abandono de poços	(138)	(10)	148	–	–	–	–	–	(2)
Direito de produção de óleo e gás	(812)	–	–	–	(866)	(215)	–	–	(1.081)
Total	(79.995)	(17.197)	494	–	(95.721)	(21.308)	1.000	–	(116.029)
Saldo líquido	135.179	27.318	(247)	–	162.250	42.769	(2.441)	–	202.578

Conforme previsão contratual, a Companhia utiliza em sua operação equipamentos pertencentes à Petrosbras, mantidos nos campos da bacia do Recócnavo. Tais bens não estão registrados nas demonstrações financeiras da Companhia bem como os correspondentes encargos de depreciação. A Companhia não efetua qualquer pagamento pela utilização desses bens. (i) O "investimento para incremento de produção" corresponde a motores, transformadores, equipamentos ou gastos diversos utilizados nos poços ou facilidades de superfície visando um aumento da produção ou dos reservatórios recuperáveis. Perfuração de poços refere-se à capitalização de gastos incorridos na perfuração de novos poços que tiveram sua comercialidade provada. A depreciação destes bens e a depreciação dos gastos são feitos utilizando-se o percentual de produção atual em relação à reserva provada deservida de cada campo, a partir do momento que os mesmos são transferidos para a rubrica de "investimento para incremento de produção". (iv) Os bens imobilizados em andamento representam os investimentos que estão sendo efetuados pela controladora Recócnavo E&P S.A. para construção da estação de armazenamento e transferência de óleo, cuja conclusão ocorreu em dezembro de 2010 e reforma da sede administrativa da controladora, cuja conclusão ocorreu em maio de 2010. Os bens imobilizados em andamento de 2011 representam os gastos incorridos com implantação de novo software de gestão, cuja implantação não havia sido finalizada em 31 de dezembro de 2011. **Método de depreciação:** A depreciação do exercício foi apropriada ao custo de produção do exercício ou às despesas gerais quando aplicável. A Companhia contratou empresa especializada para a revisão da estimativa de vida útil individual dos ativos para o exercício que iniciou em 1º de janeiro de 2010 e não houve alteração para 31 de dezembro de 2011. O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação revisadas vigentes desde 1º de janeiro de 2010, definida com base na vida útil econômica dos ativos.

**Taxa revisada – %Média ponderada**

Imóveis e construções	8
Máquinas, equipamentos	13
Móveis e utensílios	18
Veículos	25
Computadores e periféricos	32

**Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (impairment):** A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2011, com base em suas análises dos fluxos de caixa descontados preparados de acordo com o volume de reservas e preço do petróleo e gás. **Bens dados em garantia:** A controladora Recócnavo America LLC possui uma sonda de perfuração terrestre como garantia do processo de execução fiscal nº 0000556-44.2011.805.0154, movido contra a controladora, cujo valor líquido em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 5.632. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e suas controladas não possuíam bens dados em garantia.

**12. Fornecedores**

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010	2011	2010
Fornecedores em moeda nacional	18.944	10.845	19.422	11.572
Fornecedores em moeda estrangeira	–	2.515	–	2.516
Partes relacionadas (nota explic. nº 17)	2.143	673	333	301
Total	21.087	14.033	19.755	14.389
Circulante	20.076	12.990	18.744	13.346
Non circulante	1.011	1.043	1.011	1.043

**13. Imposto de renda e contribuição social** – Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram os resultados dos exercícios são demonstrados como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	96.781	45.736	97.166	46.002
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(32.906)	(15.550)	(33.036)	(15.641)
Equivalência patrimonial	(118)	86	–	–
Outras	2.256	8.464	1.883	8.255
Redução de imposto de renda	15.932	7.777	15.932	7.897
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(14.836)	777	(15.221)	511

O saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos é decorrente, basicamente, da diferença temporal da provisão para abandono de poços, (imposto ativo) e adoção de CFC (imposto passivo), o qual foi calculado levando em consideração o benefício fiscal de redução do imposto de renda a pagar.

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010	2011	2010
Ativo	1.573	1.648	1.689	1.846
Provisão para abandono de poços	255	348	255	348
Total	1.828	1.996	1.944	2.194

**Passivo**

Adoção CPC (imobilizado)	18.757	15.306	19.576	15.822
Recicla diferida	–	44	–	44
Total	18.757	15.350	19.576	15.866
Total imposto de renda e contribuição social diferido líquido	16.929	13.354	17.632	13.672

A administração considera que os impostos ativos decorrentes das provisões temporárias serão realizados na proporção que os poços são abandonados e que as contingências e demais provisões forem realizadas.

**14. Provisão para riscos fiscais, civis e trabalhistas – 14.1 Perdas prováveis – Trabalhistas:**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da PetroRecócnavo S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** – A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como o resumo de informações sobre a natureza dos controles internos da Companhia e a realização dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** – Nossa

	Controladora e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010
Processos trabalhistas	318	252
Total	318	252

**Movimentação da provisão:**

Saldo em 31 de dezembro de 2010	252
Provisões constituídas	66
Saldo em 31 de dezembro de 2011	318

A Companhia possui 14 (quatorze) processos (2010, 11 processos) trabalhistas classificadas como perdas prováveis. A maior parte destas ações trabalhistas está vinculadas a empresas terceirizadas, em que a PetroRecócnavo se configura como responsável subsidiária do processo.

**14.2 Processos passivos – trabalhistas e civis:**

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 litígios trabalhistas e civis com probabilidade de perda possível, conforme demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010
Processos trabalhistas	794	1.176
Processos civis	39	–

Os processos trabalhistas cuja perda é possível, conforme opinião dos advogados da Companhia, são compostos por causas pulverizadas de ex-funcionários e principalmente processos de responsabilidade subsidiária requerendo horas extras, adicionalmente de periculosidade, dentre outras. **14.3 Processos tributários:** A PetroRecócnavo recebeu autuações fiscais e interpôs Mandado de Segurança com o intuito da preventiva suspensão liminar e a posterior anulação da exigência e pagamento do ICMS relativo à importação de bens para seu ativo fixo, uma vez que a mesma não é contribuinte do ICMS. Requeriu ainda que lhe fosse facultada a realização dos depósitos do ICMS relativos às mencionadas operações de importação. Até o ano de 2004, a Companhia depositou em juízo, sem ordem judicial, o montante de ICMS relativo à importação de bens. Atualmente, a Companhia recebe normalmente os valores de ICMS relativos à importação e ajuizou Ação de Cumprimento Provisório de Decisão (0075503-29.2011.805.0011) e requereu o levantamento da importância depositada sem ordem judicial, cujo montante em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 3.374 (2010, R\$ 3.140) – ver nota explicativa nº 9. Na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, as chances de êxito são prováveis.

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e controladas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para a expressão de uma opinião sobre a razoabilidade dos controles internos da Companhia e controladas. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como

**PETRORECÓNCVAO S.A. E CONTROLADAS**

Dividendos propostos	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010	2011	2010
Lucro líquido do exercício	81.945	46.513	–	–
(i) Reserva legal	(2.619)	–	–	–
(ii) Incentivo fiscal	(15.932)	(7.777)	–	–
Lucro líquido ajustado	63.394	38.736	–	–
Percent. mínimo sobre o lucro do exerc. ajustado	25%	25%	–	–
Dividendo mínimo obrigatório	15.849	9.684	–	–
Dividendos – mínimo obrigatório	–	–	15.849	9.684
Dividendos adicionais propostos	–	–	–	–
Dividendos adicionais propostos	–	–	0.34	15.53
Dividendos propostos por ação ordinária – RS	–	–	–	–
Dividendos propostos por ação preferencial – RS	–	–	–	–

**17. Partes relacionadas**

||
||
||